

O PROJETO NÚCLEO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA DE MOSSORÓ/RN

THE PUBLIC POLICY HUB PROJECT AND THE MOSSORÓ/RN MUNICIPAL EARLY CHILDHOOD PLAN

Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros ¹

Cyntia Carolina Beserra Brasileiro ²

Jose Wilton de Paiva ³

Maria Olisa de Oliveira Santos ⁴

Maria Ellen Castro Mendes ⁵

Carlos Augusto Calixto do Nascimento ⁶

João Vitor Bezerra de Souza ⁷

Lírio Martins de Miranda Junior ⁸

Amanda Lima Souza ⁹

Resumo: O projeto Núcleo de Políticas Públicas, iniciado em 2020, promove formação sobre políticas públicas para graduandos, pós-graduandos, gestores públicos e a comunidade externa, focalizando uma região estratégica do Rio Grande do Norte. Este artigo relata uma parceria com a Prefeitura Municipal de Mossoró, especificamente com a Secretaria de Assistência Social e a Coordenação da Primeira Infância. O objetivo foi coletar dados das crianças dos Centros de Referên-

1 Professora do departamento de Ciências Sociais e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da UERN. Coordenadora do Núcleo de Políticas Públicas e Assessora da PROEX da UERN. Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9973413251847537>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1829-9413>. E-mail: terezinhacabral@uern.br.

2 Professora do departamento de Ciências Sociais e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH). Vice-coordenadora do Núcleo de Políticas Públicas e Tutora do PET Ciências Sociais da UERN. Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1263324471540297>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3397-0295>. E-mail: cyntiacarolina@uern.br.

3 Bacharel em Ciências Sociais (UERN). Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0952220222887348>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1645-8098>. E-mail: josewiltonpaivami@gmail.com.

4 Licenciada em Ciências Sociais (UERN). Atualmente é mestranda no programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1107202385501892>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8874-8551>. E-mail: olisa.oliveira.069@ufrn.edu.br.

5 Graduanda em Ciências Sociais (UERN). Atualmente é bolsista do Núcleo de Políticas Públicas (NPP/UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4484359228258882>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2516-6069>. E-mail: mariaellen@alu.uern.br.

6 Graduando em Ciências Sociais (UERN). Atualmente é voluntário no Núcleo de Políticas Públicas (NPP/UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9377375833250734>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6211-4483>. E-mail: augustocalixto@alu.uern.br.

7 Graduando em Ciências Sociais (UERN). Atualmente é voluntário no Núcleo de Políticas Públicas (NPP/UERN) e no Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais (PETCS), e bolsista PIBIC, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2395133912263009>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1408-8005>. E-mail: vitorbezerra@alu.uern.br.

8 Bacharel em Turismo (UERN), Especialista em Gestão Pública Municipal (UECE), Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (UERN). Atualmente é técnico de nível superior na pró-reitoria de extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3184297449858756>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7594-4693>. E-mail: lirimartins@uern.br.

9 Bacharel em Ciências Sociais (UERN). Atualmente é mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) na Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6470400598480753>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7518-8381>. E-mail: aamandaliimasl@gmail.com.

cia e Assistência Social (CRAS) para o Plano Municipal da Primeira Infância. A ação envolveu 185 crianças no parque municipal, com uma explicação interativa do Estatuto da Criança e do Adolescente, seguida pela identificação de direitos desejados e negligenciados. As áreas mais desejadas pelas crianças foram lazer e educação, enquanto saúde e lazer foram identificados como aspectos a melhorar para exercer sua cidadania. A ação facilitou um aprendizado participativo entre crianças e atores envolvidos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Primeira Infância. Direitos. ECA.

Abstract: The Public Policy Hub project, initiated in 2020, provides training on public policies for undergraduates, postgraduates, public officials, and the wider community, focusing on a strategic region of Rio Grande do Norte. This article describes a partnership with the Municipality of Mossoró, specifically with the Department of Social Assistance and the Early Childhood Coordination. The aim was to gather data from children in the Reference and Assistance Centers (CRAS) for the Municipal Early Childhood Plan. The action involved 185 children in the municipal park, with an interactive explanation of the Child and Adolescent Statute, followed by the identification of desired and neglected rights. The most desired areas for children were leisure and education, while access to health and leisure were identified as aspects needing improvement to exercise their citizenship. The action facilitated participatory learning among children and stakeholders involved.

Keywords: Public Policies. Early Childhood. Rights. ECA.

Introdução

O presente artigo trata de um trabalho realizado pelo projeto de extensão Núcleo de Políticas Públicas (NPP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em parceria com a Prefeitura de Mossoró (RN) e a Coordenação da Primeira Infância da Secretaria Municipal de Assistência Social, a fim de diagnosticar o público de crianças em vulnerabilidade da cidade no âmbito das políticas públicas. O projeto está em atividade desde 2020, cuja atuação reverberou na criação de um Núcleo de Extensão, promovendo e incentivando alunos de graduação, pós-graduação, gestores públicos e comunidade em geral a realizarem uma formação generalista e crítica sobre as políticas públicas, principalmente para uma região estratégica do Rio Grande do Norte, que possui a segunda cidade mais importante do estado, Mossoró, conhecida como a capital do Semiárido.

Essa parceria foi firmada com o intuito de ser desenvolvida no mês de agosto de 2022 – mês dedicado às ações de conscientização sobre a importância da atenção às gestantes e às crianças de até 6 anos de idade – com a temática “Você conhece os seus direitos?”. A equipe de extensão da universidade se prontificou a apresentar às crianças, de forma conceitual e dinâmica, o que seriam “seus direitos”, através de uma explanação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aproveitando para colocar em prática as atividades aprendidas durante o projeto.

A ação aconteceu no parque municipal de Mossoró – Parque Ecológico Professor Maurício de Oliveira –, e tinha por finalidade a coleta de informações das crianças vinculadas aos 11 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade para serem inseridas no Plano Municipal da Primeira Infância. Ao todo, 185 crianças foram atendidas pela ação. Além de uma explanação, como já mencionado, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram desenvolvidas atividades que possibilitaram a coleta de dados a serem inseridos em dois painéis: no primeiro painel, as crianças expunham os direitos desejados; no segundo, os direitos negligenciados. A importância de as crianças serem protagonistas nesse espaço é fundamental para a construção de uma sociedade mais participativa e responsiva às suas necessidades e direitos. Garantir que as crianças sejam reconhecidas como cidadãos desde cedo, e que suas vozes sejam ouvidas, é proporcionar um ambiente propício para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. No qual, não apenas suas opiniões e perspectivas únicas sejam valorizadas, mas também as empodera, permitindo que se tornem agentes ativos na construção de um futuro mais promissor. Assegurando um legado de cidadãos engajados e conscientes de seus direitos e deveres, que, por sua vez, irão contribuir para uma sociedade mais democrática e comprometida com o bem-estar coletivo.

Com a interlocução feita pela Secretaria, foi possível analisar mais de perto como as políticas públicas, mais precisamente a relação entre Estado e sociedade, na simbiose da participação, são vivenciadas na prática. Promover a participação ativa dos diversos atores na elaboração e formulação das políticas públicas é fundamental, como apontado por Pateman (1992), que destaca o aspecto pedagógico inerente à participação política. A abordagem participativa não apenas envolve os indivíduos no processo de tomada de decisões, mas também os capacita a compreender e vivenciar as relações democráticas. Ao engajar os cidadãos no debate e na busca por soluções coletivas, essa abordagem estimula a consciência cívica e política, logo uma sociedade mais consciente e comprometida com o bem comum.

Observa-se que, embora ainda enfrentemos desafios em relação à expressão e ao debate político, há evidentes avanços nos setores das políticas públicas, especialmente na Assistência Social, representada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O fortalecimento do SUAS tem contribuído significativamente para ampliar o alcance e a efetividade das ações sociais. Acreditamos ser esta uma das contribuições da proposta: conclamar as pessoas interessadas a serem ouvidas e, assim, a proporem o que elas, de fato, diagnosticam como ações necessárias.

Este artigo, para além desta introdução e das considerações finais, está subdividido em três partes: na primeira procurou-se relacionar as políticas públicas e sua relação intrínseca com a participação dos cidadãos; em seguida, foi apresentado o projeto Núcleo de Políticas Públicas e como ele tem atuado enquanto extensão junto à comunidade acadêmica e à sociedade; e, por último, descreveu-se a ação desenvolvida no Parque, com a análise de seus resultados.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem quali-quantitativa, exploratória e descritiva, com o objetivo de compreender as percepções de crianças sobre seus direitos, conforme estabelecido no ECA. A pesquisa foi realizada em agosto de 2022, no Parque Ecológico Professor Maurício de Oliveira, em Mossoró (RN), envolvendo 185 crianças atendidas pelos 11 CRAS do município.

A coleta de dados ocorreu durante uma ação educativa promovida pela parceria entre o Núcleo de Políticas Públicas (NPP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e a Secretaria

Municipal de Assistência Social de Mossoró. A atividade consistiu em uma explanação lúdica sobre os direitos das crianças, seguida de uma dinâmica participativa na qual as crianças expressaram, por meio de painéis interativos, os direitos que mais desejavam e aqueles que percebiam como negligenciados em suas realidades.

Os dados coletados foram tabulados e quantificados, a partir das categorias emergentes a partir das manifestações das crianças, proporcionando uma compreensão aprofundada de suas percepções sobre os direitos assegurados pelo ECA. O aspecto qualitativo manifestou-se pela natureza subjetiva do objeto de estudo, buscando compreender as experiências e significados atribuídos pelas crianças aos seus direitos.

Participação e Políticas Públicas

A participação ativa da sociedade na discussão dos seus problemas é de relevância para a democracia, uma vez que permite aos gestores municipais o entendimento mais aprofundado da realidade local, bem como proporciona caminhos mais efetivos para a resolução dos desafios enfrentados. A participação democrática na política brasileira é uma conquista alcançada pela própria sociedade, que historicamente viveu em um Estado de viés centralizador e autoritário (Dagnino, 2002). No entanto, essa mudança progressiva para uma abordagem mais participativa possibilita o empoderamento da população, tornando-a protagonista na construção do futuro do país e na definição dos rumos que a nação deve seguir. Essa busca pela inserção das vozes e perspectivas da sociedade é essencial para o fortalecimento da democracia e para a promoção de uma sociedade mais justa, plural e comprometida com o bem comum. A procura pela inclusão das diferentes vozes e pontos de vista da comunidade é fundamental para fortalecer a democracia e fomentar uma sociedade mais equitativa, diversificada e dedicada ao interesse coletivo (Albuquerque, 2004).

Segundo Dagnino (2002), foi a partir da década de 1980 que a concepção de cidadania passou por uma redefinição significativa, permitindo que a sociedade conquistasse seus direitos fundamentais, incluindo o direito de participar ativamente na gestão de sua cidade e comunidade. Nas palavras da autora:

A redefinição da noção de cidadania, promovida pelos movimentos sociais e outros setores da sociedade na década de 80, aponta para uma sociedade mais igualitária em todos os seus âmbitos, baseada no reconhecimento de seus membros como sujeitos detentores de direitos, incluindo o direito de participar efetivamente na administração e governança da sociedade (Dagnino, 2002, p. 10).

Essa transformação de paradigma tem se revelado fundamental na consolidação de uma democracia ampla e inclusiva, pois possibilita que as vozes das comunidades sejam ouvidas e consideradas nas deliberações que impactam suas vidas. Promovendo o engajamento cívico importante rumo à edificação de uma comunidade que busca equidade, participação e dedicação ao bem comum.

Ao promover a participação efetiva da população na gestão pública, abrem-se portas para a construção de políticas sensíveis às demandas reais da sociedade. Nesse contexto, a cidadania ativa emerge como um pilar essencial, permitindo que os cidadãos se tornem agentes de transformação, contribuindo para a promoção de um ambiente mais equitativo, solidário e próspero para todos.

Para Dagnino (2002), foi a partir da década de 1980 que a definição de cidadania proporcionou que a sociedade pudesse ter seus direitos, inclusive o direito de participar na gestão do espaço em que se vive. Diante do exposto pela autora, podemos verificar que a participação da sociedade na enunciação e diagnóstico dos seus problemas é de fundamental importância para sua efetiva resolução. Instituir a criação de espaços públicos participativos é, antes de tudo, garantir que as mais diversas vozes e grupos possam ser ouvidos e representados em suas demandas, questões e problemas; é através destes espaços que as gestões podem ofertar um olhar sensível e contextualizar as questões presentes na sociedade.

Considerando a miscelânea de interesses, valores, crenças e desejos de cada um de nós e de todos os grupos sociais, é no interior destes espaços que a sociedade pode estabelecer “o debate entre interesses diferenciados que possa conduzir a construção de consensos e à formulação de agendas que venham a se tornar públicas e objeto de consideração por parte do Estado” (Dagnino, 2002, p. 11).

A partir da década de 80, houve uma mudança significativa na definição de sociedade, resultando em direitos mais igualitários para as pessoas. No entanto, foi na década de 90 que um acontecimento marcante surgiu, trazendo consigo uma “grande novidade” que permitiu a possibilidade de uma atuação conjunta, através de “encontros” entre o Estado e a sociedade civil (Dagnino, 2002, p. 13). Nesse sentido, a partir dessa época, a sociedade civil ganhou a oportunidade de participar ativamente das agendas governamentais, colaborando e dialogando diretamente com as autoridades políticas. Esse avanço estabeleceu um canal de comunicação mais estreito entre os cidadãos e o governo, possibilitando a construção coletiva de políticas e ações que atendam às reais necessidades e aspirações da população.

Uma gestão participativa incentiva o envolvimento dos cidadãos nas decisões políticas e na definição de políticas públicas. Esse modelo propicia a criação de canais de diálogo entre o governo e a sociedade civil, permitindo que os anseios e necessidades da população sejam ouvidos e considerados na formulação de políticas e na gestão dos recursos públicos. O engajamento ativo na vida política e pública empodera os cidadãos, tornando-os agentes de mudança e não meros espectadores. Essa conscientização do papel do cidadão na construção da sociedade leva a uma maior exigência por parte dos indivíduos em relação à garantia e proteção de seus direitos, bem como na busca por um Estado mais responsável e transparente (Dagnino, 2002).

Na mesma seara, Luchmann (2016) reforça a tese da participação dos cidadãos nos espaços públicos, fortalecendo a concepção de que, numa democracia participativa, o foco central é a retomada de ideais de um governo mediante a participação dos cidadãos, sobretudo nos processos de discutir e tomar decisões no âmbito político. A autora afirma que por meio desse modelo de democracia há maior chance de “inclusão dos setores excluídos do debate político e à dimensão pedagógica da política” (Luchmann, 2016, p. 27). Ou seja, os cidadãos se tornam aqueles que detêm mais poder, e, além disso, podem também aprender cada dia mais com a vivência na política através da ação prática e pedagógica.

No entanto, sabe-se que a participação da sociedade civil junto ao Estado não é uma relação simples, porque nela conflitos de interesses são gerados, uma vez que há uma correlação de forças postas, em que o Estado vai ser tensionado a dividir o poder, que até então estava completamente em suas mãos. Nesse sentido, Dagnino (2002, p. 280) é enfática ao dizer que a “atuação conjunta do Estado e da sociedade” “são sempre tensas, permeadas pelo conflito”.

Os dois atores, a sociedade civil e o Estado, frequentemente recebem uma visão estereotipada e polarizada: a sociedade civil é vista como o “polo da virtude”, enquanto o Estado é considerado a “encarnação do mal” (Dagnino, 2002, p. 281). Uma das justificativas para essa percepção em relação ao Estado é o fato de que este, na maioria das vezes, não atende ao que é de sua alçada, negligenciando as reais necessidades da população.

Entende-se que para realizar uma atuação conjunta entre sociedade civil e Estado, deve-se provocar uma democratização do aparato público, a sociedade e órgãos representantes devem saber como funciona o Estado e a máquina pública para assim estarem “por dentro”; conhecerem para requerer. Entretanto, a burocratização do aparato estatal, os trâmites, acabam por desanimar e afastar a sociedade civil, sendo esta marcada por uma ausência nas discussões motivada pelo: “o predomínio de uma razão tecno-burocrata, o excesso de ‘papelada’, a lentidão, a ineficiência, a ‘falta de sensibilidade e o despreparo’ da burocracia estatal” (Dagnino, 2002, p. 283).

A representatividade é um dos principais fatores que facilitam a concordância entre o Estado e sociedade civil, e para tanto deve haver o maior número possível de entidades que possam representar os diferentes grupos sociais que existem, principalmente aqueles que são mais invisibilizados socialmente e politicamente. Assim, “quanto maior a representatividade, maiores as chances de uma partilha efetiva do poder na negociação com o Estado” (Dagnino, 2002, p. 290).

O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um dos principais instrumentos que estabelecem os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, garantindo que toda criança tem o direito à vida, à saúde, à educação, à proteção contra o trabalho infantil e à proteção contra a violência, entre outros direitos.

Albuquerque (2004, p. 25) argumenta que “a criação de espaços públicos promove uma articulação mais efetiva entre a democracia representativa parlamentar, desprivatizando a gestão pública e evitando que o poder fique concentrado nas mãos de poucos, como muitas vezes ocorre na política brasileira”.

Conhecendo o Núcleo de Políticas Públicas

O projeto de extensão Núcleo Políticas Públicas refere-se a uma iniciativa fundamental para construir uma reflexão teórico-prática acerca dos processos de políticas públicas. Voltado a estudantes, gestores públicos e organizações não governamentais, tem como premissa entender as mudanças ocorridas nas sociedades que condicionaram transformações no modo de ação estatal, na natureza das políticas públicas e na própria concepção do papel do Estado na nova conjuntura. Esperando contribuir para o aperfeiçoamento do setor público, com um foco especial no semiárido nordestino, numa perspectiva de formação interdisciplinar.

As ações possibilitam a formação dos alunos, profissionais que atuam no âmbito da gestão pública e organizações não governamentais, assim como a promoção institucional e também visibilidade da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) na sociedade. As atividades do projeto acontecem de modo híbrido, na UERN (Campus Central – Mossoró), nas salas de aula do curso de Ciências Sociais, órgãos públicos, ONGs e, conforme demanda, via plataforma Google Meet. Suas ações são veiculadas pelo Instagram do projeto @npp.uern e cartazes espalhados pela IES. Atualmente o Núcleo de Políticas Públicas (NPP) é constituído por 19 estudantes de graduação do curso de Ciências Sociais que participam de forma voluntária no projeto, projeto, que também conta com o envolvimento de professores e técnicos administrativos.

Criança é cidadã!

Desde o nascimento até a morte, os indivíduos possuem direitos e deveres que foram formatados para dar subsídio a sua existência, sendo primordial para manutenção do viver, como o direito à saúde, à alimentação, ao lazer, etc.

Como todo e qualquer cidadão, as crianças compõem esse grupo, em que possuem direitos e deveres que devem ser postos em prática e respeitados por todo e qualquer cidadão que componha o corpo social do país. As crianças e adolescentes são amparados pelo ECA, no qual estão postulados os seus direitos e deveres.

No seu marco legal, reconhece as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e busca garantir seu desenvolvimento integral, sua proteção contra todas as formas de negligência, violência, exploração e discriminação e seu protagonismo, uma vez que são sujeitos de direitos, com voz ativa e participação nas decisões que os afetam.

A partir dessa atuação, o Projeto de Extensão NPP realiza suas dinâmicas e atividades dentro da universidade como também extramuros, bem como estabeleceu uma parceria com a Prefeitura Municipal de Mossoró-RN, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a Coordenação da Primeira Infância, para que fosse realizado junto aos órgãos uma ação com crianças. A mesma foi desenvolvida em dois momentos: nos dias 16 e 24 de agosto de 2022, com a finalidade de coletar informações das crianças vinculadas aos onze CRAS da cidade e, a partir desta vivência, foi realizada uma coleta de dados, que, posteriormente, foram inseridos no Plano Municipal da Primeira Infância de Mossoró.

Na realização, 185 (cento e oitenta e cinco) crianças foram atendidas no Parque Municipal da Cidade – Parque Ecológico Professor Maurício de Oliveira. A ação consistiu primeiro em uma explicação generalista sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na qual os alunos extensionistas explanaram sobre os direitos e deveres de uma forma lúdica e didática, contando com a distribuição de um folder explicativo para entregar aos responsáveis. Como podemos ver na Figura 01. A partir do movimento constituinte, reafirmaram-se com maior intensidade as lutas pelas políticas públicas nas mais diversas áreas, como na saúde, com a luta dos profissionais da saúde pela Reforma Sanitária, por Conselhos Setoriais, Orçamentos Participativos e pela Reforma Urbana.

Figura 1. Folder sobre o ECA elaborado pelo NPP.



Fonte: NPP (2022).

A ação priorizou que as crianças pudessem conhecer o ECA, uma vez que é um instrumento importante, pois a familiaridade com essa legislação proporciona um maior entendimento de seus direitos, bem como dos deveres que a sociedade e o Estado têm em relação a elas. Empoderando-as e tornando-as mais conscientes de sua cidadania desde cedo, sendo críticas e conscientes, ofertando-as a possibilidade de saber exigir respeito e não aceitarem as violações de seus direitos. Além disso, o conhecimento do ECA ajuda as crianças a identificarem situações de risco e abuso, permitindo que elas procurem ajuda ou denunciem violações de seus direitos. O ECA também incentiva a participação delas em decisões que afetam suas vidas, tanto no âmbito familiar quanto escolar ou na comunidade, valorizando suas opiniões.

O ECA aborda questões cruciais, como violência doméstica, exploração sexual e trabalho infantil. Compreender esses temas permite que as crianças se tornem mais conscientes dos perigos e riscos que podem enfrentar. Conhecer o estatuto torna-as cientes dos recursos disponíveis, como conselhos tutelares, serviços de assistência social e casas de acolhimento, caso necessitem de apoio ou proteção. A informação possibilita que elas conheçam e tenham acesso a ajuda e suporte adequados em situações de vulnerabilidade.

A participação e o entendimento da criança desde cedo sobre os seus direitos e deveres ajuda a construir uma cultura de respeito aos direitos humanos e à dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua idade. Essa conscientização é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade na qual cada indivíduo seja valorizado e respeitado. Portanto, o conhecimento da legislação oferece uma base sólida para que elas possam desenvolver uma consciência cidadã desde cedo, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e comprometidos com a construção de um futuro melhor para todos.

Diante da sua compreensão sobre o ECA na primeira atividade, as crianças foram encaminhadas

para o painel dos direitos, criado pelos próprios extensionistas. Nesse momento elas escolhiam o que mais desejavam entre as opções: saúde, educação, alimentação, lazer e convivência familiar, conforme podemos verificar na Figura 02.

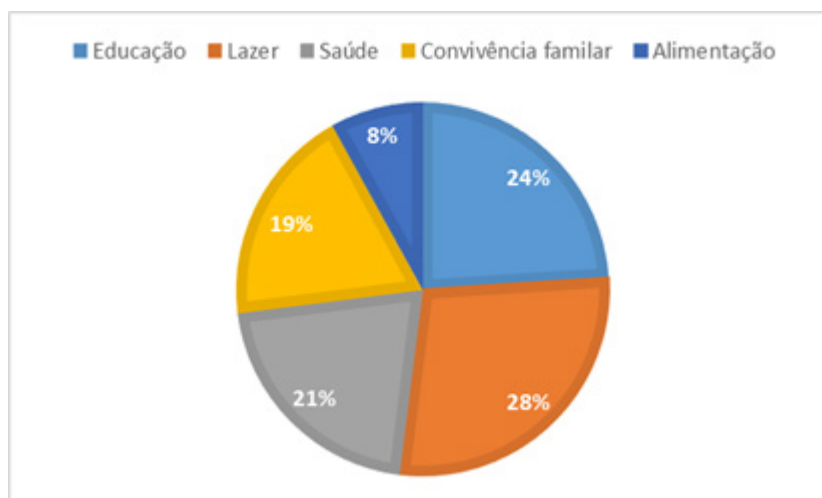
Figura 2. As crianças junto aos extensionistas no painel do desejo.



Fonte: NPP (2022) .Acervo Próprio

As crianças compreenderam de imediato a proposta exposta pelos extensionistas e apresentaram segurança quanto às suas escolhas. Como resultado do painel, as crianças optaram por (28%) lazer, (24%) educação, (21%) saúde, (19%) convivência familiar e (8%) alimentação, conforme verificamos no Gráfico 1. Os dados apontaram um predomínio por atividades de lazer, que podem estar diretamente relacionado ao isolamento social em decorrência do período pandêmico, assim como a própria escolha da educação. Por isso, é importante considerar o contexto social, cultural e econômico em que as crianças e adolescentes estão inseridos. Essa análise contextualizada é essencial para entender os desafios específicos enfrentados por determinados grupos.

Gráfico 1. Resultado do Painel dos desejos das crianças



Fonte: NPP (2022)

O segundo painel apresentou perguntas direcionadas sobre acesso à escola, lazer, saúde e sua relação familiar. A finalidade da proposta era perceber se o grupo de crianças indicariam ausências ou negligências nos serviços, uma vez que sabemos que nosso país é marcado por um ambiente de profunda desigualdade social e que elas podem estar em situação de vulnerabilidade de forma mais severa.

Figura 3. As crianças junto aos extensionistas no painel dos direitos negligenciados



Fonte: NPP (2022) Acervo próprio

As disparidades econômicas, educacionais e o acesso limitado a serviços básicos, como saúde e saneamento, é a realidade de muitas crianças. Para além disso, a violência física, psicológica e sexual, seja no ambiente familiar, escolar, comunitário ou mesmo em instituições, possui números alarmantes de crianças entre suas vítimas, assim como expostas ao trabalho infantil. Segundo o IBGE (2020), 1,8 milhões de crianças estavam submetidas ao trabalho infantil no Brasil em 2020. Quando submetidas a estas condições, as crianças são exploradas e privadas de uma infância saudável e do acesso à educação, o que compromete o seu pleno desenvolvimento.

Os resultados do painel mostraram que os menores valores foram nas perguntas “você vai ao médico?” e “você pratica esporte?”, respectivamente 88% e 71%, como podemos verificar no Gráfico 2. O acesso à saúde é um direito fundamental das crianças e é responsabilidade do Estado e de toda a sociedade garantir que elas recebam os cuidados e tratamentos necessários para um crescimento saudável e uma vida plena. O contexto da pandemia pode ter desenvolvido nas crianças o senso de preocupação com essa área, assim como o acesso ao lazer. Na área da saúde, a própria responsabilidade estatal também pesa, uma vez que, na atenção primária à saúde infantil, os estados não obtiveram a nota mínima recomendada de 6,6 na avaliação, ficando o Rio Grande do Norte com nota 5,9 (IBGE, 2022).

Gráfico 2. Resultado do painel dos direitos negligenciados



Fonte: NPP (2022)

As ações foram pensadas com objetivo de ampliarem a compreensão da cidadania, principalmente para um público-alvo que não é ouvido pelo poder público; estimular desde a infância a importância sobre direitos e deveres e criar uma pedagogia da participação social ativa. Aspecto pontuado por Pateman (1992), que sinaliza que a prática participativa tem um caráter pedagógico no aprendizado das relações democráticas, uma vez que cria indivíduos voltados ao interesse coletivo e às questões políticas. A participação é indispensável no exercício da cidadania, uma vez que o ato de participar torna-se cada vez mais importante no processo de elaboração e implementação de políticas públicas (Dagnino, 2002).

A participação é fundamental na garantia das demandas sociais e, acima de tudo, na consolidação da democracia no nosso país. Para Nogueira (2004), os processos participativos seriam importantes como recurso estratégico do desenvolvimento sustentável e da formulação de políticas públicas, particularmente na área social. Escutar as crianças, e principalmente as que estão em situação de vulnerabilidade, é permitir o reconhecimento delas como sujeitos portadores de direitos.

Considerações Finais

Diante da ação desenvolvida no parque Municipal, pôde-se verificar a sua fundamental importância para que as crianças e adolescentes tivessem ciência sobre os seus direitos e deveres assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Outro ponto a ser priorizado nesta abordagem é o fato de que muitas das políticas públicas sobre a infância nem sempre trazem as vozes primordiais, que são as próprias crianças. A extensão, desse modo, consegue aliar a formação acadêmica de alunos e alunas, contribuindo efetivamente em sua interface teórica e prática para à comunidade externa, a sociedade.

No desenvolvimento da ação, foi possível examinar a existência de diversas crianças e adolescentes sem a compreensão do ECA e de seus respectivos direitos. Diante disso, a ação obteve relevância, uma vez que possibilitou o conhecimento do Estatuto de modo pedagógico, bem como a obtenção e a coleta de dados de importância fundamental à elaboração estatística das ausências de direitos e obrigações estatais fundamentais para o desenvolvimento infantil, de modo a identificar e expor quantitativamente o cenário analisado dos onze CRAS, com a finalidade de construir o plano de primeira infância da cidade de Mossoró/RN.

Quanto aos extensionistas e servidores que contribuíram para o acontecimento da ação, houve

uma aproximação com a prática e a realidade fundamental para a percepção e comparação teórica x prática de seus estudos, de modo a identificar o que se debate e se estrutura no próprio Núcleo de Políticas Públicas (NPP) e na graduação de Ciências Sociais.

No entanto, a contribuição e a importância da aproximação do campo universitário com outros setores não repousam somente sobre essa consideração, mas na própria percepção de um retorno, que contribui para a permanência, estruturação e oportunidades no curso de Ciências Sociais, que vem a serem dadas por ofertas de estágios e bolsas que, por mais que sejam em áreas referentes ao Cientista Social, antes eram ocupados por outras áreas.

É importante também ressaltar o objetivo de levar e diagnosticar informações, o que proporciona acesso às faltas que as crianças sentem com relação aos seu direito, especificamente o lazer e a saúde. Possibilitando a prefeitura a pensar e levar para o debate e planejamento demandas que preencham essas lacunas das mesmas. Relatar a política social que é o SUAS diante dos aspectos da nossa sociedade. Esse momento no parque foi muito importante, pois deu a oportunidade para as crianças acessarem um dos direitos (direito de brincar) como também acessar informações extremamente importantes para o seu desenvolvimento político e social, a partir da abordagem do (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente.

Referências

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Participação cidadã nas políticas públicas. In: HERMANN, Klaus (Org.). **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004. cap. 1, p. 15-60.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 2019, havia 1,8 milhão de crianças em situação de trabalho infantil no país, com queda de 16,8% frente a 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE pesquisa pela primeira vez como pais e responsáveis avaliam a Atenção Primária à Saúde infantil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associativismo e teoria democrática. In: LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Associativismo e democracia: um estudo em Florianópolis**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. cap. 1, p. 25-51.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Recebido em 31 de março de 2024.

Aceito em 25 de março de 2025.